comércio internacional mostra, contudo, o problema fundamental do papel jogado pelas diversas categorias de bens exportados e importados no processo de deesnvolvimento. E aí os teóricos contemporâneos desenvolvem o seu raciocínio *concluindo que um determinado nível de desenvolvimento induz um correspondente contingente potencial ou efectivo de trocas;* só que não retiram as consequências últimas desta proposição. Este género de análise é um inegável progresso relativamente à dos neoclássicos da primeira geração, mas importa que nos demos conta das suas limitações: *é que o nível de desenvolvimento do capitalismo,* isto é, *o modo como em cada país é gerado e obsorvido o excedente, exige um contingente bem determinado de exportações e importações.* Desta forma torna-se possível contestar as relações económicas internacionais que daí decorrem, vantagem que a «proposição da indução» não nos permite utilizar.

Os «readings» contidos na obra em referência, na linha de um cotejo entre a primiera e a segunda alternativas teóricas citadas, exploram os fundamentos teóricos do conhecido e discutido teorema Heckscher-Ohlin e dão uma apreciável panorâmica crítica dos estudos empíricos com ele relacionados, nomeadamente os que decorrem do chamado «paradoxo de Leontief». As vantagens do comércio livre bem como o comportamento do comércio em presença de tarifas e salários rígidos merecem a esta selecção de textos um destaque especial. Finalmente a última secção inclui alguns trabalhos que se debruçam sobre o estudo das relações mútuas que existem entre o comércio e o crescimento económico.

J. M. R.

«LA GRÈVE»

C. DURAND, P. DUBOIS — *La grève,* Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques/Armand Colin, «Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques» n.º 195, 1975, 311 págs.

De «inquérito sociológico» assim classificam os próprios autores, em subtítulo, o estatuto teórico-disciplinar do trabalho, o que de imediato sugere aquilo que a sua leitura confirma: não se trata de um estudo que aborde a problemática da greve na sua totalidade ao contrário do que possa insinuar o título genérico *A Greve.*

Contudo, este título é admissível quanto mais não seja como indicador da forte «realidade social» que é a greve e já agora como tradutor de um dado carácter paradigmático conseguido pela análise empreendida, no âmbito da metodologia e quadro teórico usados, e isto mercê da simplicidade e rigor alcançados na sua manipulação.

Especificamente, um dos principais objectivos, se não o principal, deste inquérito é o de forjar a possibilidade de avaliar o maior ou menor grau de plausibilidade de algumas das teses relativas às eventuais transformações do movimento operário francês, em especial no respeitante às práticas grevistas, e teses essas que têm como pano de fundo o movimento de Maio de 1968. Incidentemente, os autores aproveitam os conhecimentos obtidos sobre o seu objecto concreto que é o movimento operário francês para os comparar-articular com os conhecimentos relativos ao movimento operário de outros países.

O inquérito foi conduzido junto de 123 empresas francesas nas quais ocorreram greves durante o ano de 1971, período de tempo esse caracterizado por um movimento grevista bastante amplo. Como foram escolhidos esses 123 conflitos? O primeiro critério de selecção aplicado foi o da retenção de todos os casos de greve que grangearam uma certa notoriedade pública, e que perfizeram aproximadamente 40 % da amostra. Os demais conflitos foram sobretudo determinados a partir de um levantamento exaustivo na imprensa e posterior amostragem baseada em critérios tais como objectivos da greve, duração da greve, sector onde se desencadeou a greve, região (Paris, província). A amostra construída não é rigorosamente representativa do ponto de vista estatístico.

Sobre os dados a trabalhar importa sublinhar que a sua recolha se processou sobretudo através de entrevistas, individuais e colectivas, de militantes sindicais participantes-«leaders» dos próprios conflitos e secundariamente através de outros meios como a imprensa, estes acima de tudo com a função de complemento e de confronto.

O estudo em si comprende três grandes partes em cada uma das quais é analisada uma dimensão ou aspecto importante das greves: temas reivindicativos, relações sociais, significação política e ideológica.

Na primeira parte C. Durand após construir, empiricamente, uma grelha classificativa das reivindicações formuladas, procede ao cruzamento estatístico dessas categorias classificativas com as variáveis categorias socio-profissionais, estratégias sindicais, tipo de patronato, idade dos operários, etc.

Em seguida, e situando-se no terreno das motivações, analisa não só as justificações directamente enunciadas pelos militantes para as reivindicações existentes, como também as significações latentes das greves, isto é, as eventuais razões dos conflitos que não aparecendo explicitadas nos cadernos reivindicativos são no entanto relatadas por esses militantes aquando das entrevistas.

Estuda ainda, a nível da situação, as causas das greves, isto é, os seus condicionamentos económicos e sociais e, finalmente aborda a estratégia reivindicativa, a combatividade operária e o maior ou menor êxito das greves.

De acordo com o autor as principais questões colocadas por esta fase do estudo têm sobretudo a ver com a evolução do movimento reivindicativo desde Maio de 1968 e com o facto de se verificar que a passagem das insatisfações às reivindicações é limitada a domínios específicos.

E se dada a sua extensão não se transcrevem nem discutem os resultados produzidos, pelo menos pode-se ilustrar o interesse desta análise que incide principalmente sobre o conteúdo explícito e directo das reivindicações — as reivindicações têm sido estudadas segundo outras perspectivas completamente distintas, assim, e a título de exemplo, a adoptada por D. Vidal que as concebe fundamentalmente como relações —, através do seu confronto com o que escreveu S. Mallet em 1970.

Com efeito, num artigo da sua autoria publicado na revista *Sociologie du Travail*, 3-70, era apresentado um conjunto de observações sobre o movimento reivindicativo após Maio de 1968 que prudentemente estava precedido da advertência seguinte: «Ce coup d'oeil rapide jeté sur les luttes ouvrières intervenues depuis le mois de mai 1968 permet donc de dégager, *sous reserve d'une véritable analyse* [sublinhado por mim, JDM] un nombre certain de constatations». Ora, os resultados da presente análise

estatística, cuja distorção na representatividade da amostra, favorece por certo as tendências acentuadas por Mallet, diferem de forma apreciável dessas observações. Assim, esses resultados ajudam-nos a ajuizar do valor de observações impressionistas tanto mais credíveis quanto provêm de alguém altamente familiarizado com a «realidade» em exame, e consequentemente a problematizar teses que nessas observações buscam o seu apoio quando não a sua demonstração.

A parte sobre as relações sociais (L'affrontement-négociation, violence, repression), parte essa escrita por P. Dubois, tem como objectivo o estudo descritivo e intepretativo da evolução quer das «estratégias de negociação, sindicais, patronais e governamentais» (cap. I), quer das «práticas operárias que visam fazer da greve uma paragem de trabalho» e das «práticas patronais ou estatais que visam assegurar o trabalho» (cap. II), isto tanto a nível da empresa como a nível nacional interprofissional. O conteúdo do segundo capítulo entender-se-á melhor se se acrescentar que a paragem de trabalho abrange tanto a paragem de trabalho de facto, que se impõe por si mesma quando a greve é unânime, como a paragem de trabalho imposta pelos grevistas para impedir o trabalho dos não grevistas, o funcionamento das máquinas e a circulação dos produtos, e que as práticas patronais e estatais acima referidas compreendem as diversas maneiras pelas quais estes actores sociais procuram compensar e contrariar o não trabalho dos grevistas.

É claro que possuindo este âmbito, a análise não incide apenas sobre os 123 casos e isto não só pelo acréscimo de um nível de «cúpula» (nacional interprofissional) como também pelo carácter acentuadamente diacrónico da análise que necessariamente exige o alargamento do período de tempo para além do ano de 1971, sendo de um modo geral a evolução apreciada a partir de 1958.

Para cada um dos níveis, e tanto para a negociação como para o campo das práticas grevistas, o autor emprega um idêntico quadro de análise.

Sucintamente, podemos esquematizá-lo do modo seguinte: descrição do quadro legal e contratual, análise das estratégias seguidas por cada um dos actores (sindicatos, patronato, poderes públicos), formulação da hipótese principal, análise das incidências da evolução da legalidade, da legitimidade e do contexto sobre as transformações havidas quer no campo das negociações quer no campo das práticas.

A hipótese principal afirma que tanto as estratégias de negociação como as transformações havidas no campo das práticas (um crescente recurso à ilegalidade e à repressão) são explicáveis, a título diverso, por mudanças verificadas na legalidade, na legitimidade dos actores (esta sempre expressa ao nível do discurso) e no contexto (nacional e específico de cada empresa).

A análise empreendida afirma uma forte determinação do factor contexto — as «transformações são, em primeiro lugar, tornadas necessárias pela evolução do próprio sistema capitalista» — e incide fundamentalmente sobre a função instrumental da prática que é contraposta às funções expressiva e simbólica desta mesma prática.

Investigação de natureza mais qualitativa do que as de C. Durand (não se trata de uma crítica mas simplesmente de uma caracterização), revela por parte do autor uma grande familiaridade com a problemática focada e não há dúvida que se algumas das hipóteses formuladas pecam, em

nosso entender, por permanecerem num alto nível de generalidade uma vez que não são desmontados em pormenor os diversos processos de intervenção dos factores e por conseguinte pouco explicativas, também é um facto que as suas observações atingem o estatuto intermédio entre a ilustração e a demonstração rigorosa.

Na terceira e última parte, C. Durand interroga-se principalmente sobre a significação política — a greve é expressão da luta de classes — dos conflitos constitutivos da amostra.

Começando por classificar a significação geral atribuída às greves pelos militantes entrevistados e nelas participantes — greves reivindicativas, organizacionais, estratégicas (relações sociais) e políticas — ensaia, de imediato, o cruzamento simples dessa variável com outras variáveis tais como motivo das greves, filiação sindical, condicionamentos contextuais, tipo de patronato, práticas legais ou ilegais, taxa de sindicalização dos trabalhadores (mobilização), grau de politização das secções sindicais, etc., de modo a detectar eventuais correlações entre a primeira variável e cada uma das demais.

Em seguida aborda, no campo das atitudes o grau de participação institucional dos militantes, utilizando para isso uma tipologia empírica — participação de princípio, participação prática, hostilidade prática, hostilidade de princípio — que ventila por três domínios: participação profissional, participação contratual, participação económica. Ainda neste capítulo e mediante a construção e utilização de escalas de participação é analisado para cada um dos sindicatos o respectivo grau de participação em cada um dos três domínios e feito o seu estudo comparativo.

Num terceiro capítulo, dedicado às orientações ideológicas dos militantes, o autor aplica uma tipologia da acção sindical formalmente teorizada a partir do quadro de análise do movimento operário elaborado por A. Touraine e experimentada por inquérito. Com base nela não só caracteriza o «universo» sindical como procura descobrir eventuais correlações, mediante cruzamentos simples entre essa variável e outras, tais como os diversos domínios e níveis de participação. Mediante o emprego da técnica da análise multivariada e introduzindo novas variáveis do tipo filiação sindical, estatuto na organização sindical, influência política, etc., essas correlações sofrem um início de prova.

Nos dois últimos capítulos são investigadas as articulações das duas dimensões da acção — conteúdo da acção reivindicativa, a sua estratégia e os seus resultados; a negociação e as formas de acção — com as orientações ideológicas dos militantes.

No capítulo IV a «sincronização ou dessincronização da prática e da ideologia» é testada pela determinação das eventuais relações entre as orientações ideológicas e as reivindicações. Com o recurso a cruzamentos estatísticos simples e à análise multivariada são ventiladas as orientações ideológicas pelo conjunto do conteúdo reivindicativo, pelas «atitudes favoráveis ou desfavoráveis aos aumentos salariais hierarquizados», pelos argumentos justificativos destas atitudes, pela filiação sindical (C. G. T. e C. F. D. T.), e o estudo das justificações da mensualização pela adesão às teses hierárquicas ou às teses anti-hierárquicas. Aquando da análise multivariada outras variáveis são introduzidas: situação objectiva (idade, qualificação dominante), agressividade, etc. Detectam-se fortes correlações entre as reivindicações não hierarquizadas e a combatividade, e, entre as reivindicações não hierarquizadas e a intransigência sindical na negociação.

No derradeiro capítulo procura-se descobrir as relações empíricas existentes entre prática e ideologia ao nível das formas de acção. Deste modo, são estudadas as relações entre as orientações ideológicas e a estratégia, mediante o cruzamento dos tipos de acção sindical com os objectivos reivindicativos, os resultados das greves, a estratégia reivindicativa e a previsão da acção reivindicativa, e as relações empíricas entre os resultados das greves e o nível de participação institucional dos militantes. Igualmente se procura saber como estão correlacionadas a ideologia e a agresividade, e qual o grau de distanciação entre a base e os militantes.

Um exame crítico desta fase em que, e repito, se investiga o modo como as orientações da acção sindical se articulam com a prática, envolve necessariamente a discussão de assuntos amplamente tratados na literatura sociológica e sobre os quais provavelmente o leitor já possui um juízo. Assim, o caso da análise multivariada, o significado da correlação, a construção de indicadores, etc.

No campo teórico um aspecto a reter é com certeza a tipologia da acção sindical que em nosso entender recebeu uma adequada e pertinente análise em *Essai sur l'idéologie* de D. Vidal, e, de que relembramos em particular o comprovamento da relativa autonomia das ideologias em relação ao sistema de orientações da acção uma vez que C. Durand parece não considerar essa autonomia, apesar de conhecer perfeitamente tal análise.

Para concluir refira-se que a maior ou menor validade que o leitor venha a encontrar neste trabalho, em especial em relação às partes escritas por C. Durand, tem bastante a ver com o modo como julga aquilo que em outra ocasião escreveu C. Durand — «O inquérito é concebido como o instrumento que operacionaliza a teoria, a valida, a completa e eventualmente a corrige».

J. DAVID MIRANDA

GUTELMAN, Michael — *Estruturas e Reformas Agrárias* — trad. do francês por Helena Morais, Lisboa, Edições 70, 1976.

Existem actualmente no mundo várias dezenas de milhares de livros, artigos e teses dedicados à reforma agrária ou a um ou outro dos seus vários aspectos. Tais trabalhos são, normalmente, uma porta aberta para discussões intermináveis. Na opinião de M. Gutelman, isso deve-se à própria natureza do problema agrário, mas também aos instrumentos de conhecimento utilizados para o analizar. Assim, o que, no seu entender, faz falta é um método rigoroso de análise dos problemas agrários, método cujos postulados, conceitos e instrumentos sejam coerentes, claramente explícitos e aptos para produzir explicações e previsões que se verifiquem na prática. É esta falta que o presente livro pretende preencher. O seu propósito não é o de construir *a* teoria das questões agrárias ou das reformas agrárias, mas o conceitos coerentes que possam proporde reunir os instrumentos de análise e os cionar ao leitor um fio condutor para as análises de reformas agrárias que ele próprio tenha de efectuar. Num primeiro capítulo, são expostos os conceitos e as concepções de base materialistas que constituem os pressupostos de todo o trabalho posterior. Segue-se-lhe a primeira parte, que descreve as estruturas agrárias como um sistema de relações de forças sociais, examinando, capítulo a capítulo, em pormenor, os elementos e os «alicerces fundamentais» desse sistema. Numa segunda parte, são estudados a natureza e o significado da reforma agrária, procurando-se ultrapassar as particularidades de cada caso, a fim de proporcionar um quadro geral de conceitos.